

Artigo

Maior clareza no futuro ou menos processos?

MICHAEL MOHALLEM

A sessão de julgamento no Supremo Tribunal Federal estava decidida antes mesmo de começar. A dúvida não era se a nova regra restritiva do foro privilegiado seria adotada, mas quais seriam as consequências para as centenas de inquéritos e processos envolvendo parlamentares federais. Ainda há muita expectativa sobre como a redistribuição dos casos evitará impunidade e prescrições, mas para o Supremo o efeito é certo: a nova interpretação vai desafogar a carga de processos criminais.

O extenso voto do ministro Dias Toffoli deu emoção ao julgamento, tornando a divergência aberta há meses pelo ministro Alexandre de Moraes em preocupação sensível. A tese defendida pelo ministro Luís Barroso, relator do caso, cria dois critérios a serem observados conjuntamente, um temporal e outro material. O aspecto temporal é simples de ser compreendido: para que a acusação de crime seja protegida pelo foro, basta que tenha sido cometido durante o mandato parlamentar. Já o critério material abarcaria apenas casos em que o crime tivesse sido realizado em razão do cargo.

A atenção do julgamento passou a ser jus-

tamente sobre as dificuldades que o critério material projetaria ao futuro. Como determinar ao certo, por exemplo, se um crime eleitoral foi realizado em razão do mandato a ser exercido após as eleições? Ou se uma agressão fruto de uma discussão política seria considerada "em razão do cargo"?

Os dois votos de ontem — de Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski — optaram pela interpretação mais segura e que certamente evitará que muitos futuros casos cheguem ao próprio Supremo para determinar se cabem ou não na hipótese de incidência do foro.

O ministro Gilmar Mendes, que votará por último na sessão de hoje, caminhará com a divergência. Caso adote um tom conciliador, poderá até mesmo reverter parcialmente mais dois votos em favor da tese exclusiva pelo critério temporal, construindo a maioria.

Ao adotar apenas o critério temporal, ganha-se clareza, mas evita-se a retirada da pauta do Supremo de casos pouco relevantes para a Corte. Esse passou a ser o dilema da deliberação: maior clareza no futuro ou menos processos criminais? ●

Michael Mohallem é professor da FGV
Direito Rio

*A adoção do critério
temporal (o mandato
parlamentar) dá clareza,
mas não retira da pauta do
Supremo casos pouco
relevantes para a Corte*